

A “MARIA DA ILHA” ENTRE DOCUMENTOS E MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE OS ARQUIVOS DA DEPUTADA ESTADUAL ANTONIETA DE BARROS (1901-1952)

Caroline Pasa

Arquivista
e-mail: carolpasa17@hotmail.com

Cezar Karpinski

Doutor em História, Professor Adjunto do Departamento de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
e-mail: cezark@hotmail.com

Resumo: O estudo apresenta o mapeamento das Instituições custodiadoras da documentação de Antonieta de Barros e o levantamento documental quanto às tipologias, recorte temporal, quantidade, estado de conservação e acesso a esses documentos. Apresenta-se uma breve biografia da personalidade pesquisada e uma breve discussão sobre o conceito de memória relacionada aos arquivos. A metodologia da pesquisa, do ponto de vista da sua natureza, é básica e na forma de abordagem do problema é qualitativa. Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa se classifica como exploratória e os procedimentos técnicos são a pesquisa documental e bibliográfica. A coleta de dados se norteou em tese de doutorado em história de 2010 da Universidade Federal de Santa Catarina, que apontou dezessete instituições mantedoras de documentação sobre Antonieta de Barros. Porém, verificou-se que nem todas estas instituições mantêm documentos sobre a deputada, parte delas somente faz citações de Antonieta de Barros em livros, fotos e trabalhos escolares com a temática “Antonieta de Barros”. O principal resultado da pesquisa é a constatação de que o arquivo pessoal de Antonieta de Barros encontra-se disperso e vulnerável, sendo necessárias ações arquivísticas de gestão, e especialmente difusão e preservação de seu patrimônio documental.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Memória. História. Mulheres Negras.



1 INTRODUÇÃO

A pesquisa trata a documentação histórica de Antonieta de Barros (1901-1952), mulher, professora, escritora, primeira deputada estadual de Santa Catarina e primeira deputada negra a ser eleita no Brasil. O principal objetivo deste trabalho é o levantamento e o mapeamento da documentação sobre Antonieta de Barros presente em arquivos da cidade de Florianópolis, bem como a respeito do acesso, do alcance temporal e do estado de conservação destes documentos. A pesquisa se deu a partir dos seguintes questionamentos: Onde se encontra a documentação sobre Antonieta de Barros? Esse(s) arquivo(s) colabora(m) para a construção de memórias sobre Antonieta de Barros?

A literatura sobre Antonieta de Barros é limitada e se restringe a trabalhos de pesquisa acadêmica e alguns livros sobre personalidades da cidade de Florianópolis/SC. Na área de Arquivologia, não se encontrou, até o momento, pesquisas específicas sobre o patrimônio documental relacionado a esta personagem, o que justifica sua escolha. Do ponto de vista social, a pesquisa se mostra relevante por abordar um tipo específico de arquivo e contribuir para as discussões contemporâneas sobre os objetivos dos arquivos e o papel das instituições arquivísticas (MACNEIL, 2006).

A figura de Antonieta de Barros também está presente em movimentos sociais, especialmente os que envolvem as ações afirmativas de grupos minoritários ou historicamente marginalizados como é o caso da Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB).¹ Antonieta de Barros enquanto mulher, negra, deputada, professora e escritora deixou um legado documental para a história. Contudo, como apontam os resultados da pesquisa, estes documentos estão dispersos e em diferentes instituições públicas e privadas. Além disso, somente parte dessa documentação foi tratada e está acondicionada de acordo com as normas de preservação e conservação arquivística. Também se constatou que uma parcela desta documentação foi perdida no decorrer dos anos e, também doada, sem registro do receptor da doação.

2 OS ARQUIVOS DE ANTONIETA DE BARROS NA INTERFACE DA MEMÓRIA E DA DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

De acordo com Martins (1998), a história começou a ser registrada antes mesmo da invenção da escrita, sendo que os registros humanos foram feitos com tinta de plantas em pedras e os suportes foram evoluindo da argila para o papiro e papel. A estas constatações pode-se ainda acrescentar os registros atuais feitos em suporte digital. A história da escrita mostra como o homem sempre teve a preocupação de registrar sua rotina, sua história. De acordo com Merlo e Konrad (2015, p. 22) “Por mais que a evolução desses suportes tenha tornado um a um de seus antecessores obsoletos, é inegável observar que, teoricamente, o conteúdo informacional permanece e continua a ser fonte de informação”.

A necessidade de guarda desses registros deu origem ao arquivo. De acordo com Paes (1991), a palavra arquivo não tem sua origem definida, podendo ter nascido na Antiga Grécia como *arché* e, posteriormente, evoluiu para *archeion* que significa “local de guarda e depósito de documentos” (PAES, 1991, p. 19). Independente de sua origem etimológica, a noção de arquivo foi ganhando densidade e especificidades que se traduziram em correntes e perspectivas arquivísticas diversas que vêm contribuindo para a constituição epistemológica da Arquivologia, a “ciência dos arquivos”. Rodrigues (2006) apresenta um breve relato histórico acerca das transformações conceituais de arquivo, destacando a falta de uma conceituação definitiva e adotando uma definição comumente utilizada: “arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família” (RODRIGUES, 2006, p.105).

¹ De acordo com Carvalho (2017), a AMAB foi criada em 1985 no “Morro da Caixa d’água”, localizado no centro de Florianópolis e, desde então, vem desenvolvendo ações contrárias à discriminação racial na sociedade brasileira como um todo e florianopolitana em específico. Desde então, assumiu vários nomes sendo que a identidade atrelada à Antonieta de Barros é datada de 1999.

No entanto, há que chamar a atenção para o fato de que, de 2006 para cá, o lugar dos arquivos na sociedade, bem como sua finalidade e objetivo são alvo de um debate constante na área. De acordo com MacNeil (2016), a razão de ser dos arquivos deixou de ser apenas a de atender aos interesses do direito, da administração e da história. “As discussões contemporâneas ligam os objetivos dos arquivos e o papel das instituições arquivísticas a necessidades e interesses sociais definidos de forma mais ampla e giram em torno de questões relacionadas à responsabilidade, à identidade, à inclusão e a justiça social” (MACNEIL, 2016, p.8).

Essa perspectiva mais ampla da noção de arquivos e da responsabilidade social das instituições arquivísticas possibilita um olhar crítico sobre a constituição e preservação dos acervos arquivísticos. Dessa forma, o pesquisador é instado a refletir sobre a guarda e a preservação de determinados documentos em detrimento a outros, dando aos processos arquivísticos o mesmo lugar de destaque que ocupam os documentos. É nesse tipo de abordagem que se pautou a pesquisa sobre o legado documental de Antonieta de Barros, trazendo para o debate a importância dos documentos que preservam sua história e o atual processo de conservação e preservação do acervo.

Especificamente sobre o documento, é importante salientar que, em termos conceituais, ele é essencial para comprovar determinada atividade e registrar sua existência. O Arquivo Nacional (2005, p. 73), entende documento como: “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte [...]”. Dessa forma, os documentos que foram produzidos pela mesma instituição resultantes das atividades desta fazem parte do mesmo conjunto de proveniência, o que os tornam documentos de arquivo.

No Brasil, é a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 que institucionaliza legalmente os arquivos públicos e privados. De acordo com este dispositivo legal “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, p. 1).

Os arquivos são frequentemente associados à preservação da memória do passado. Para Hedstrom (2016), não é surpresa o aumento de referências à memória social, pública e coletiva na literatura arquivística, já que os arquivos são tratados como “instituições de memória” que deveriam ter como principal objetivo a preservação e disponibilização das “provas” de acontecimentos e decisões passadas. “Uma imagem comum entre os autores da área equaciona os termos “arquivo” e “memória” de uma maneira que é retoricamente útil, mas que ignora as circunstâncias e condições em que arquivo e memória coletiva podem se entrecruzar” (HEDSTROM, 2016, p. 238).

Especificamente sobre a categoria “memória”, Jardim (1995) a considera um tema de estudo interdisciplinar. Além disso, defende que a memória, diferentemente da História, é a percepção do passado e que, por isso, não se constitui como um conhecimento produzido de forma intencional. Já

Oliveira (2010) enfatiza que a memória é um tema abordado por distintas áreas do conhecimento e imprescindível para as que utilizam, também, os registros de informação.

Em termos conceituais, a categoria “memória” é ampla e varia de acordo com a interpretação. Oliveira, por exemplo, define memória como “A capacidade humana de reter fatos e experiências do passado, evocá-los e retransmiti-los às novas gerações, graças a um conjunto de funções psíquicas” (OLIVEIRA, 2010 p. 34). Para o filósofo Ricoeur “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu e se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Ainda de acordo com Ricoeur (2007), a memória inscrita nos documentos guarda “rastros” de um fenômeno vivido, testemunhado e inscrito em determinado suporte. Contudo, nem todos os documentos são preservados e, com isso, poucos são os rastros que nos chegam do passado vivido e registrado. Nesse sentido, os arquivos assumem o protagonismo na preservação e conservação dos “rastros de memória” a partir de processos sociais de guarda e eliminação e, conseqüentemente, de memória e esquecimento.

Ao refletir sobre o conceito de “memória arquivada” de Paul Ricoeur, Karpinski (2015) relaciona Memória, História e Ciência da Informação na interface dos arquivos. Segundo Karpinski (2015, p.4), na perspectiva teórica de Ricoeur, “o arquivo deixa de ser o repositório da memória coletiva” e assume um “lugar social que guarda os ‘rastros’ do passado subsumidos nos documentos arquivados”. Desta forma, pode-se afirmar que os arquivos que preservam os poucos documentos sobre Antonieta de Barros, guardam vestígios de vida, luta e partes de suas experiências.

Na esparsa e diminuta documentação sobre Antonieta de Barros, é possível encontrar manuscritos, fotos, documentos oficiais, escritos pessoais e publicações de sua autoria em jornais das décadas de 1932 a 1951. São diferentes tipologias documentais que indicam parte de suas memórias de forma “retalhada” e difusa. É incômodo perceber que poucos documentos foram preservados, principalmente se comparado com arquivos de outros personagens da história política de Santa Catarina. Como afirma Ricoeur (2007, p.178), “Naturalmente, se os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem vocação de serem arquivados”.

Sendo assim, não há como negar as relações de poder inscritas no ato de arquivar e na construção social da memória e do esquecimento. Ser uma mulher negra, solteira, independente e ocupante de um elevado posto social ao ser eleita deputada em 1934, pode ter sido uma experiência que determinado setor da sociedade não achou por bem “lembrar”. Ao escolher não guardar, não conservar e não preservar grande parte do que se produziu sobre Antonieta de Barros, este setor social conseguiu, de certa forma, apagar “rastros”. Isto porque, segundo Ricoeur (2007), a junção de

todas as formas de reavivar a memória de uma personagem deve constituir seu rastro documental. “Tudo considerado, o beneficiário da operação seria o conceito de documento, soma dos indícios e dos testemunhos, cuja amplitude final alcança a amplitude inicial do rastro” (RICOUER, 2007, p. 186).

A busca por rastros de memória tem sido uma prática recorrente para os arquivistas. “Desde a segunda metade da década de 1960, os arquivistas vêm buscando ativamente encontrar documentos pessoais e arquivos de comunidades, locais, organizações populares e movimentos sociais que dessem voz a pessoas que estavam escondidas perante a história” (HEDSTROM, 2016 p. 248). Como um arquivo só existe materializado, a busca por novas e diferentes formas de conhecer a história de uma pessoa ou sociedade é crescente e muito rica na construção da memória.

Hedstrom (2016, p.249) afirma também que “Os arquivistas buscaram novas formas de documentação – como histórias orais, testemunhos visuais e remanescentes de tradições passadas – que pudessem ser recolocadas em circulação e auxiliar os membros de uma comunidade a se reconectarem com o seu passado”. Pode-se dizer então que o arquivista exerce um importante papel na escolha do que vai ou não ser arquivado e transformado em “fontes” sobre determinado personagem ou fato. Nesse sentido, a importância da ética, e de uma sólida formação teórico-metodológica para o arquivista é pauta nas discussões sobre guarda documental.

Discussões sobre estratégias documentárias, análise funcional e arquivo total estimularam a imaginação dos arquivistas sobre o que um documento histórico planejado e coerente poderia vir a ser e os reposicionaram enquanto constituidores ativos de arquivos. Ao tomarem decisões acerca de quais documentos são importantes para a preservação permanente, os arquivistas e a comissão avaliadora influenciam intensamente na seleção de quais espécies documentárias estariam disponíveis para o estudo do passado. Por meio da avaliação, a memória coletiva tornou-se não só uma metáfora para um arquivo, mas um local em que as decisões e escolhas dos arquivistas e da comissão avaliadora colocadas em práticas determinam quais histórias podem ser escritas e o que as sociedades podem lembrar coletivamente. Todos esses avanços desafiaram o papel dos arquivistas como guardiões neutros e objetivos (HEDSTROM, 2016, p. 250).

Ao realizar um estudo crítico sobre o conceito de memória coletiva na arquivística atual, Hedstrom (2016) mostra como o arquivista passou a refletir sobre seu papel na sociedade e, principalmente, como a metodologia de classificação e guarda permanente influenciam na construção da memória coletiva. Segundo ela, “a consciência de como funciona a memória coletiva ajudou a trazer para dentro dos arquivos uma missão social mais significativa e alinhá-los não só com a preservação do passado e com a produção da história, mas com as causas sociais da responsabilidade, justiça, formação de identidade e reconciliação”. (HEDSTROM, 2016 p. 251).

Nesse sentido, a investigação sobre arquivos de sujeitos que ficaram às margens da construção da memória coletiva instiga o arquivista a tomar sua posição nas relações de poder que instauram e definem políticas de arquivo. Consciente de seu papel social, o profissional dos arquivos deixa de ser o guardião de uma memória coletiva oficial e oficializadora e passa a atuar na construção de uma memória social integradora. É nesta perspectiva que o estudo sobre os arquivos de Antonieta de Barros no município de Florianópolis/SC se faz pertinente e necessário.

2.1 ALGUNS “RASTROS” DE ANTONIETA DE BARROS

De acordo com Silva (1991, p.7) “Antonieta de Barros nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis/SC, no prédio no 15 da Rua Arcipreste Paiva, esquina com a Rua Vidal Ramos, onde hoje se encontra o Edifício Florianópolis”. Segundo Nunes (2001, p.4), “Antonieta de Barros é uma personagem feminina que inaugura o cenário político catarinense por ter sido eleita a primeira deputada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em um tempo [1934] e em um espaço onde tal fato ainda estava muito distante da maioria das mulheres negras de nossa terra”.

De acordo com Fontão (2010) consta nas biografias de Antonieta de Barros que sua mãe, Catarina Waltrick, fora empregada na Fazenda da Família Ramos 3 na cidade de Lages-SC. Dessa forma, Catarina e seus pais ou mesmo irmãos teriam sido ex-escravos em um lugar denominado “Coxilha Rica”.

Silva (1991) escreve que Antonieta “Querida ser professora, mas as condições financeiras de sua mãe não eram favoráveis e por isso teve que aguardar a oportunidade que veio através de um amigo da família” (SILVA,1991 p. 7). De acordo com Fontão (2010), Antonieta e sua mãe tinham uma relação de amizade com a família Ramos, uma das mais tradicionais de Florianópolis. O mesmo autor afirma ainda que “tanto a mãe de Antonieta, bem como a própria [Antonieta] foram auxiliadas pela família Ramos do ponto de vista financeiro” (FONTÃO, 2010 p. 275). Antonieta e Nereu Ramos tinham uma forte amizade “que se transforma em companheirismo nos encaminhamentos políticos e atuação na vida pública, porque foi com o convite de Nereu Ramos que ela entrou para o Partido Liberal, sendo a única candidata do sexo feminino na eleição da Assembleia Constituinte de 1935” (FONTÃO, 2010 p. 275). Sobre a formação de Antonieta,

Em 1906, a menina Antonieta, aos cinco anos, foi alfabetizada na escola particular da Professora Maria Meira Lima. [...] Durante o ano de 1910, a pequena Antonieta passa a frequentar uma escola pública para crianças, sob o comando de direção da Professora Maria das Dores Rosa Conceição e Souza. No ano seguinte, 1911, frequenta a escola pública, no prédio anexo ao que será o “Grupo Escolar Lauro Muller”. [...] Antonieta vai ser matriculada oficialmente no quarto ano primário do Grupo Escolar Lauro Muller. A inauguração oficial do grupo escolar foi em vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e doze, ano em que Antonieta conclui o primário e passa para o Ginásio. Antonieta fica no Grupo Escolar Lauro Muller até a sua formatura no ginásio. Em 1916, aos quinze anos, faz o primeiro ano do Complementar no mesmo Grupo Escolar. Em 1917, aos dezesseis, prepara-se aos o exame de admissão da Escola Normal Catarinense (FONTÃO, 2010 p. 278).

De acordo com Silva (1991, p. 8) “Em 8 de dezembro de 1921, formou-se com distinção e louvor; antes de formar-se, porém, já mantinha um curso que foi oficializado em maio de 1922, tomando-lhe o nome e que foi encerrado em 1964, doze anos após sua morte”. Para Fontão (2010), Antonieta teve apoio do poder público para constituir sua Escola.

[...] um ano após a formatura na Escola Normal, com o apoio do poder público e das mudanças advindas da Instrução Pública do Governo Federal, vamos ver Antonieta e sua irmã dedicarem-se ao Curso Particular de Alfabetização Antonieta de Barros, estabelecido para funcionar na Rua Fernando Machado, número 32 (FONTÃO, 2010 p. 297).

A escola passou a funcionar na casa de Antonieta, na Rua Fernando Machado, número 32. A escola das irmãs Barros tinha como meta preparar os alunos para a vida e para os exames de admissão do Ginásio do Instituto de Educação e da Politécnica. Além disso, no período noturno, oferecia cursos de alfabetização de adultos. Consta que, por depoimentos de ex-alunos, a professora Antonieta atendia e alfabetizava pessoas ilustres, ligadas à política, a fim de que eles pudessem aprender a ler e a escrever, Fontão (2010).

Desde sua formatura no ano de 1922, Antonieta foi ativista da Liga do Magistério e fez parte, em 1925, da formação do Centro Catarinense de Letras – CCL, tornando-se mais tarde membro da diretoria (FONTÃO, 2010 p. 144). Além de seu nome figurar no quadro dos sócios integrantes do CCL, também fora a primeira secretária da Liga do Magistério (NUNES, 2001 p. 16).

A primeira publicação de Antonieta de Barros ocorreu em 01/08/1929 no periódico “Folha Acadêmica”. O texto inicia com uma frase afirmativa e provocativa: “A multidão é, sempre, um ser acéfalo” referindo-se a uma manifestação ocorrida nas imediações da Escola Normal e do Palácio do Governo, quando a cronista presenciou a manifestação popular e o entusiasmo de quem conduzia a manifestação (FONTÃO, 2010 p.312). Nunes (2001, p.15) confirma que Antonieta “começou a escrever aos jornais como cronista no ano de 1929 (Folha Acadêmica e República)”.

Ainda de acordo com Nunes (2001), como escritora de crônicas jornalísticas, Antonieta de Barros rompeu com o prosaico reino doméstico em busca de interlocutores. Nesse sentido, percorreu o mundo extramuros de sua casa e ousou apresentar-se no espaço público num tempo em que poucas mulheres o faziam. Segundo Silva (1991, p.8), Antonieta “Colaborou, sob o pseudônimo de ‘Maria da Ilha’, em diversos jornais e revistas, tendo fundado em 1926, o jornal ‘A Semana’, cuja impressão era feita na ‘Escola de Artífices’”. A partir de 1945, a professora manteve certa regularidade na escrita, só encerrando em fevereiro de 1951 (O Estado), pouco antes de seu falecimento (NUNES, 2001 p. 16).

Foi eleita Deputada Estadual em 1934, portanto, logo no primeiro pleito após ter sido concedido o direito de voto às mulheres. Em Santa Catarina, foi a única mulher negra a ascender e

ocupar uma Cadeira na Assembleia Legislativa. Vale destacar que na época de seu feito, tal espaço e cargo eram tidos como prerrogativas masculinas (NUNES, 2001 p. 96).

No campo profissional, de acordo com Silva (1991), Antonieta de Barros integrou o corpo docente do Colégio Coração de Jesus entre os anos de 1936 e 1945. Nesta etapa de sua docência, ministrou as disciplinas de Português e Psicologia e, em 1937, publicou “‘Farrapos de ideias’, cuja venda reverteu em benefício da construção do Preventório que se destinou a abrigar os filhos dos leprosos da Colônia Santa Tereza.” (SILVA, 1991 p. 8).

Novas eleições voltaram a acontecer em 1947. Nesta, os componentes da Assembleia Legislativa tiveram, novamente, funções constituintes. Antonieta concorreu também àquelas eleições, mas ficou como segunda suplente, retornando à Assembleia em 1948, não tendo, portanto, participado da redação daquela Constituição (NUNES, 2001, p. 122),

Antonieta era negra, mas não dava visibilidade a esta questão nos seus textos, como aponta Fontão (2010, p. 272):

A referência a uma origem escrava ou mesmo uma discussão apurada sobre a condição do negro na sociedade Florianopolitana não faz parte da retórica dos textos que Antonieta escreveu desde o início de sua carreira como intelectual e escritora nos jornais da época, o que levaria um crítico literário ou mesmo um estudioso da teoria literária a não dar tanto valor a esta questão.

No entanto, o fato de Antonieta não discutir questões referentes à raça não impediu que sofresse preconceito. De acordo com Fontão (2010, p. 274, grifo no original), “Antonieta sofreu, sim, o preconceito por parte da crítica literária da Academia, como, aliás, todos os demais de sua cor, porém, não se abateu e persistiu tanto na ‘Liga do Magistério’, bem como no ‘Centro Catarinense de Letras’ [...]”.

Fontão (2010, p.274) faz uma interessante reflexão ao citar Franz Fanon em *Pele Negra*, máscara branca ao dizer que “[...] a consciência moral supõe uma espécie de cisão, uma ruptura da consciência, com uma parte clara que se opõe a uma parte sombria”. Então o negro, em todos os momentos, combate a própria imagem. Após ter sido escravo do branco, ele se autoescraviza. Mas, mesmo Antonieta não exaltando sua raça, por conta do contexto histórico, era difícil não ver Antonieta como uma exceção entre o corpo docente da capital. De acordo com Gomes (2006 p.136), “com exceção da professora Osvaldina e da diretora Antonieta de Barros” apenas as merendeiras eram negras. A autora afirma também que “Antonieta de Barros, enquanto diretora, foi a referência docente negra” (GOMES, 2006 p. 195).

Originariamente editado em 1937, o livro “Farrapos de Ideias” foi reeditado ainda em 1971 e 2001. Na primeira edição obedeceu ao objetivo de angariar fundos para a construção de uma Escola, chamada de “Preventório”, hoje Educandário Santa Catarina, que se destinariam a abrigar crianças, filhas de pais portadores de hanseníase internados na então Colônia Santa Tereza (Nunes, 2001). “Antonieta, ao escrevê-lo, justificava-se dizendo não ter aspirações literárias. A obra parecia

não estar obedecendo aos rigores estéticos literários da época. Era uma coletânea de crônicas sobre os mais diversos assuntos” (NUNES, 2001 p. 16).

Ao escrever a biografia de Antonieta de Barros, analisando as fotografias que retratam a fisionomia da biografada, Nunes (2001, p.87) afirma que “Se a década de 1930 lhe fora promissora e se nela vislumbra-se uma Antonieta vibrante, na fase seguinte, década de 1940, Antonieta parece mais amadurecida e chega-se mesmo a observar certo amargor”. Para Nunes (2001), isso se deve ao fato de que “talvez o desencanto chego [sic] ao extremo, ou para usar suas palavras uma *canseira* que muito mais que o físico, parece ter lhe atingido a alma” (NUNES, 2001, p.87, grifo no original).

Em 1951 ascendeu ao governo estadual o Sr. Irineu Bornhausen, representante da UDN, que contava com a adesão de outros partidos menores. Um de seus primeiros atos foi a anulação do Concurso de Ingresso e Remoção ao Magistério (NUNES, 2001 p. 125). Antonieta faleceu aos 51 anos de idade, a 28 de março de 1952. De acordo com Fontão (2001), seu enterro foi uma verdadeira consagração, sendo que seus restos mortais encontram-se junto aos de sua mãe, Catarina de Barros, no cemitério de S. Francisco de Assis, em Florianópolis.

[Antonieta de Barros] faleceu em 28 de março de 1952, no Hospital de Caridade, (vítima de coma diabético), segundo D. Aura P. de Melo; a Autora apesar de ter irmãos próximos Leonor e Cristalino, deixou os objetos da sua casa para uma sobrinha, filha de "Maninha", a irmã lageana; a casa - sita à Rua Fernando Machado n.32, onde hoje se ergue um provável Edifício- Garagem - ficou para Irmandade de Nosso Senhor dos Passos; a biblioteca foi doada à Biblioteca Pública, mas infelizmente não foi localizada. Seu enterro foi uma verdadeira consagração, e nele se revelam o respeito e a estima do povo pela professora modelo de dedicação e conduta. Seus restos mortais se acham no Cemitério S. Francisco de Assis, em Florianópolis, ao lado dos de sua mãe e de sua irmã que, em 1970, lançou a 2ª edição de *Farrapos de idéias* [sic] (SILVA, 1991, p. 9).

Após sua morte, algumas construções públicas na cidade de Florianópolis receberam o nome de Antonieta, como o ‘Túnel Antonieta de Barros’, que liga o centro ao sul da ilha, e o ‘Pavilhão Antonieta de Barros’, que recebe vários eventos culturais. A Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB) faz e auxilia vários eventos culturais buscando dar visibilidade a temáticas relacionadas ao movimento das mulheres negras. Em 2001, aconteceu a Comemoração do Centenário de Nascimento de Antonieta de Barros, momento em que foi instituída a ‘Medalha Antonieta de Barros’ como prêmio aos melhores trabalhos de jovens comunicadores negros(as). Nesse mesmo ano, foi também publicada a 3ª edição de ‘Farrapos de Ideias’, sendo todos os livros destinados às bibliotecas e escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

Além disso, em Fontão (2010) encontram-se outras menções públicas e institucionais com o nome Antonieta de Barros das quais, além das já citadas, se destacam: ‘Auditório Antonieta de Barros’ da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Ruas na cidade de Florianópolis; Biblioteca Estadual Antonieta de Barros; Escolas; Associações, Programas e Leis. Segundo Fontão (2010, p.48), estas menções em espaços públicos “mostra a importância da biografada em seu meio social”.

3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

A presente pesquisa foi feita a partir dos canais formais de comunicação e sua metodologia, do ponto de vista da sua natureza, é básica. Na forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois as informações foram recuperadas nos ambientes naturais para coleta de dados (SILVA; MENEZES, 2005). Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa é classificada como exploratória e os procedimentos técnicos são a pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 1991). Para comparação dos dados, serviu de base o trabalho de Fontão (2010), que apresenta as instituições mantedoras da documentação de Antonieta. A partir das constatações desta autora, foi possível perceber que ao longo desses oito anos, parte da documentação foi perdida ou não foi possível localizar.

3.1 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE ANTONIETA DE BARROS

O levantamento documental começou logo após a definição dos objetivos e da metodologia. No primeiro momento foram contatadas, via telefone e/ou e-mail, as instituições detentoras de arquivos sobre Antonieta de Barros e que estão listadas em Fontão (2010). Também foram procuradas as mulheres associadas à Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros (AMAB) e a roteirista e diretora do documentário “Antonieta” que contribuíram para a localização dos Acervos.

De acordo com Fontão (2010, p.46), os locais visitados para coleta de dados da sua tese foram: Arquivo Histórico da Ilha de Santa Catarina; Acervo da Biblioteca e de Fotos da Casa da Memória; Acervo da seção de obras raras e seção de livros da Literatura Catarinense da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, localizada na cidade de Florianópolis; Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Acervo da Fundação Franklin Cascaes; Acervo de obras raras da seção de Santa Catarina, geral e de trabalhos acadêmicos da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina; Arquivo de trabalhos acadêmicos e de Santa Catarina da Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina; Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Acervo do Museu da Escola Catarinense; Acervo institucional da Biblioteca do Grupo Escolar Lauro Muller; Colégio Estadual Antonieta de Barros, atual Colégio Bom Jesus; Instituto Estadual de Educação; Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana na cidade de Florianópolis; Cartório Civil Iolé Faria; Arquivo do Cemitério Público de São Francisco de Assis; Núcleo de Estudos Negros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina no Memorial Antonieta de Barros; e Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros, perfazendo um total de dezessete instituições.

Todas as instituições supracitadas foram contatadas, com exceção do Cartório Iolé Faria, que não retornou e-mail enviado, não atendeu aos telefonemas e quando visitado pessoalmente estava fechado. De acordo com Fontão (2010) a certidão de nascimento de Antonieta está no Acervo do cartório. No retorno via telefone e/ou e-mail das demais instituições, parte delas informaram que não tem em seu acervo documentos sobre Antonieta de Barros, mas sim livros que citam a autora, fotos e trabalhos escolares com a temática “Antonieta de Barros”, o que fez com que parte das instituições citadas por Fontão (2010) fosse excluída da lista de visitas. É o caso do acervo de obras raras da secção de Santa Catarina da Biblioteca Universitária da UFSC; Arquivo de trabalhos acadêmicos e de Santa Catarina da Biblioteca Universitária da UDESC; Acervo do Museu da Escola Catarinense; Colégio Bom Jesus e a Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros.

Levantadas as instituições que confirmaram ter documentação sobre Antonieta de Barros, foi elaborada uma planilha eletrônica e definidas as datas das visitas in loco, de acordo com o agendamento das instituições que dispuseram os documentos para consulta. Assim, deu-se início à pesquisa documental e a primeira instituição visitada foi a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). O primeiro contato com a documentação da Antonieta foi inspirador e motivou as visitas seguintes: Instituto Estadual de Educação (IEE); Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC); Casa da Memória de Florianópolis (Casa Mem.); Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF); Cúria Metropolitana da cidade de Florianópolis (CMF).

Quadro 1 - Instituições custodiadoras e respectivas informações sobre a documentação sobre Antonieta de Barros

Instituição	Tipo Documental	Quant.	Acondicionamento	Acesso	Digital.	Data
ALESC	Requerimentos: 1948/1949; Biografia; Leis; Discursos, Documentos diversos; Recortes de jornais; Saudações as Nações Unidas; Cartas; Convites; Xerox de documentos históricos do centenário de A.B; Xerox de jornal; Medalha Antonieta de Barros: 2001 a 2003.	62 documentos	Armazenados em estantes deslizantes, acondicionados em pastas de papel alcalino e armazenados em caixas de polionda.	Disponível para consulta e cópia dos digitalizados	Digital e microfilme	1947-51
BPSC	Relatórios e discursos feitos na Assembleia e na Academia de Letras. Cópias dos Jornais de meados século XX	9 documentos+ jornais	Documentos armazenados em estante de aço, acondicionados em caixas de polionda.	Disponível para consulta. Cópias dos jornais disponíveis online.	Não	1943-50
Casa Mem.	Fotos; Cópia do documentário “Antonieta”.	8 fotos + documentário	Documentos em formato digital	Disponível para consulta	Sim	2015
CMF	Certidão de batismo.	1 documento	Não houve acesso ao documento físico	Disponível para consulta a cópia digital	Sim	1901
IEE	Designações; decreto de aposentadoria; portarias e documentos de RH;	14 documentos	Documentos Armazenados em estante de aço e acondicionados em envelopes dentro de caixas de papelão.	Disponível para consulta perante identificação e motivo.	Não	1946-51
PMF	Certidão de óbito	1 documento	Não houve acesso ao documento físico.	Disponível para consulta a cópia digital	Sim	1952

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Todas as Instituições supracitadas foram visitadas, mas durante o período da pesquisa ocorreram diversas greves municipais e nacionais, além de impedimentos, como, por exemplo, a falta de funcionário, que prejudicou o andamento da pesquisa documental. Por conta destes impeditivos e dos prazos para a conclusão do TCC, não foi possível consultar o acervo das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC); Fundação Franklin Cascaes (FFC); Biblioteca do Grupo Escolar Lauro Muller (BGELM) e Memorial Antonieta de Barros, anexo ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC); Arquivo Histórico da Ilha de Santa Catarina (AHISC).

Algumas das Instituições que, de acordo com Fontão (2010), eram mantedoras de documentos sobre a Antonieta não mais os tem. O Colégio Bom Jesus, por exemplo, não tem mais os documentos de Antonieta porque, segundo informações da própria instituição, os mesmos foram doados durante uma reforma na biblioteca da Escola, não havendo sequer um registro da doação. Durante conversas com as associadas da AMAB foi possível saber que parte da documentação está com um sobrinho de Antonieta o qual também não foi possível localizar. No total, foram visitadas 6 instituições, cujos documentos encontram-se descritos no quadro 1.

4 RESULTADOS

A pesquisa mostrou que das dezessete instituições citadas por Fontão (2010) apenas onze, das que foram possíveis verificar, ainda possuem materiais sobre Antonieta de Barros. As demais têm em seu acervo livros que citam a personagem e trabalhos escolares com a temática “Antonieta de Barros”, que contribuem para o conhecimento sobre a vida de Antonieta. No entanto, como o foco da pesquisa é a documentação, tais instituições não se tornaram pertinentes para o escopo desta pesquisa. Das onze Instituições localizadas, foi possível o acesso ao acervo de seis delas, o que resultou num total de 95 documentos consultados com mais de 20 tipos documentais, mais as crônicas nos jornais que estão disponíveis na hemeroteca digital catarinense. Todos os documentos estão disponíveis para consulta e todos os documentos consultados se encontram em bom estado de conservação, alguns apresentam algumas manchas amareladas e pequenas rasuras, mas nada que comprometa o conteúdo do documento. O documento mais antigo é a certidão de nascimento de Antonieta de Barros de 1901 e o documento que encerra o recorte temporal da documentação é a certidão de óbito do ano de 1952.

O acervo das outras quatro instituições não foi consultado por motivos internos às mesmas, tais como a falta de funcionário para atendimento e greves municipais e nacionais. Em detrimento à burocracia e à falta de investimento nos centros de informações do Brasil, percebeu-se o interesse e a preocupação dos funcionários em atender as necessidades da pesquisadora e disponibilizar as informações. A memória de Antonieta de Barros está em vias de se acabar se considerarmos a

desconstituição simbólica de seu acervo. Nesse sentido, a pesquisa dá visibilidade a um problema que deve ser pensado junto à sociedade florianopolitana no esforço de reunir essa documentação, bem como na sua digitalização. Isso contribuirá para que se possa preservar a memória dessa importante personagem que inspira e representa tantas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_lei_8159_08_01_1991_por_orof.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.
- CARVALHO, Carol Lima de. Mulheres negras em ação: Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros, Florianópolis-SC (1985-2015). In. SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2017. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/viewFile/683/431>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- FONTÃO, Luciane. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. 2010. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PLIT0418-T.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, Elizabete Paulina. **Professoras primárias**: a construção profissional de alfabetizadoras negras em Florianópolis (1950-1970). 2006. Dissertação (Mestrado e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PEED0585.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 237-259.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- KARPINSKI, Cezar. “Memória arquivada”: reflexões sobre documentos e arquivos a partir de Paul Ricoeur. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 15., 2015, João Pessoa-PB. **Anais...** João Pessoa: UFPB; ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2838/1224>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- MACNEIL, Heather. Correntes em transformação. In. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 7-16.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 1998.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p.26-42, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n1p26>. Acesso em: 11 dez. 2018.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros**: uma história. 2001. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0184.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15452/11058>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, Josefina da. **Antonieta de Barros**: discurso e catequese. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Literatura Brasileira/Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PLTB0016-D.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: falta endereço. Acesso em: 20 mar. 2018.

THE "MARIA DA ILHA" BETWEEN DOCUMENTS AND MEMORY: REFLECTIONS ON THE ARCHIVES OF STATE DEPUTY ANTONIETA DE BARROS (1901-1952)

Abstract: *The study presents the mapping of the custodial institutions of the documentation of Antonieta de Barros and the documentary survey regarding typologies, temporal cut, quantity, state of conservation and access to these documents. It presents a brief biography of the personality researched and a brief discussion about the concept of memory in the archive. The methodology of the research is basic and qualitative. From the point of view of the objectives the research is classified as exploratory and the technical procedures are the documentary and bibliographic research. The data collection was based on a doctoral thesis in history of 2010 of the Universidade Federal de Santa Catarina, which pointed out seventeen institutions maintaining documentation on Antonieta de Barros. However, it was verified that not all of these institutions have documents of her in their collection. The main result of the research is the finding that the personal archive of Antonieta de Barros is dispersed and vulnerable, requiring archival management actions, and especially the diffusion and preservation of its documentary heritage.*

Keywords: *Personal Archives. Memory. Story. Black Women.*

Originals received em: 17/09/2018

Aceito para publicação em: 11/12/2018

Publicado em: 14/01/2019